

LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA DA CRECHE “A JOANINHA”

Ponta Delgada, 8 de janeiro de 2016

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Gostaria de partilhar convosco algumas ideias neste momento de lançamento da primeira pedra desta creche que aqui vai ser construída.

Em primeiro lugar, o facto de estar aqui hoje, desde logo atestando aquilo que é um relacionamento profícuo e que muitos resultados têm dado, de forma absolutamente natural e normal, entre o Governo dos Açores e a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Um relacionamento que se tem processado em benefício de todos aqueles que, nas múltiplas valências que a Santa Casa da Misericórdia desenvolve, e que resultam de uma parceria estabelecida com o Governo dos Açores.

Dizer-vos, também, que é com muito gosto que estou nesta cerimónia que marca o lançamento de uma obra participada pelo Governo em cerca de 800 mil euros e que visa, exatamente dar as condições para o surgimento da creche “A Joaninha”, com capacidade para mais de 40 crianças.

Esta creche vem dar resposta, quer do ponto de vista dos serviços, quer do ponto de vista da sua localização, a uma necessidade que ainda se faz sentir no concelho de Ponta Delgada e que acaba por, também, corresponder a um compromisso, ao cumprimento desta função que o Governo assume de parceria com diversas instituições.

É por isso que as minhas primeiras palavras a esse propósito são, naturalmente, para agradecer à Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada o facto de ter aceitado ser nossa parceira neste projeto, neste investimento que acaba por dar esta resposta tão concreta, tão precisa, a necessidades que se fazem sentir nos dias de hoje.

Relativamente ao projeto, gostaria de salientar um aspeto que, para o Governo, também é importante e que é o facto de este investimento permitir rentabilizar estruturas como, por exemplo, a cozinha e a lavandaria, em função de outra creche que aqui está localizada.

Este é um caminho que nos parece particularmente importante quanto ao investimento de recursos públicos: a necessidade, sempre que possível, de podermos rentabilizar esses recursos através da disponibilização de serviços que servem, não apenas aqueles que diretamente deles usufruem, mas também aqueles que, em função do seu objetivo, podem vir a beneficiar.

Em segundo lugar, dizer-vos que esta cerimónia e este investimento são, felizmente, mais um exemplo de um trabalho que tem sido desenvolvido ao longo dos anos, em especial

neste primeiro mandato que assumo como Presidente do Governo, e que se desenvolveu em circunstâncias particularmente exigentes e difíceis.

Este tipo de investimento, ultrapassadas as questões que têm a ver com a disponibilidade de recursos, faz todo o sentido porque se dirige de forma particularmente direta à satisfação de uma necessidade das famílias, que acaba por ter acolhimento nesta parceria que se desenvolveu entre a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e o Governo dos Açores.

Posso-vos dizer que este trabalho, que desde 2012 tem um volume à volta dos 10 milhões de euros de investimento em cerca de 14 creches novas e requalificadas, não é realizado apenas porque nós necessitamos de melhorar os aspetos infraestruturais desta política de apoio à infância e de apoio às famílias.

É também realizado, exatamente, com este objetivo que entendemos que, nos dias em que vivemos, é também uma medida importante de apoio às famílias e que passa por dar as condições para que, podendo cumprir o seu trajeto profissional, possam conciliar este trajeto profissional também com a vida familiar.

Deste ponto de vista, gostaria de realçar a importância política e a importância social deste investimento. E, quem fala deste investimento, poderá falar de um conjunto de obras que estão a decorrer, nas ilhas Terceira, Pico e São Miguel, de quatro novas creches e de mais um ATL, e que visa dar coerência a essa rede e concretização prática a esta política.

Continuaremos, neste ano de 2016, a cumprir com esta política. Temos, no âmbito da Carta Regional de Obras Públicas, previstos investimentos que, neste ano, serão de mais 12 infraestruturas em creches, jardins-de-infância, ateliers de tempos livres, centros intergeracionais, enfim, um conjunto de medidas que, na componente de criação de infraestruturas, permitirá reforçar, substancialmente, esta rede de apoio à infância e às famílias que temos vindo a construir na nossa Região.

Uma última referência apenas para vos dizer que a forma como entendemos a necessidade desta política não se circunscreve apenas a dizer: “muito bem, nós vamos estabelecer uma parceria com as IPSS e, assim, se constroem creches e o assunto fica resolvido”.

Há um outro domínio desta política de apoio à infância e de apoio às famílias que gostaria, de forma resumida, de também vos referir.

Tem a ver com medidas especificamente regionais, caso do Complemento do Abono de Família para crianças e jovens que, neste ano de 2016, tem um aumento de 15 por cento no seu valor.

Estou a falar-vos, ainda, de medidas como o desconto criado para as famílias que tem filhos nas creches - no caso de terem dois filhos, têm um desconto de 30 por cento, no caso de terem três ou mais filhos, têm um desconto de 50 por cento.

Medidas que, no fundo, pretendem servir este objetivo político e estratégico de termos uma Região que se possa afirmar com uma política amiga das famílias e amiga deste

objetivo principal de termos uma Região solidária, de termos uma Região que cuida da construção do seu futuro.

Cuidar da construção do seu futuro é cuidar das condições para que, não só as gerações futuras tenham condições para a sua formação desde a mais tenra idade, mas, também, para que as famílias possam considerar esta Região como uma região em que vale a pena viver.

Saliento, por último, dois outros planos nos quais gostaria que considerassem este investimento em concreto, mas também o conjunto de outros investimentos que, por todas as ilhas da nossa Região, têm sido desenvolvidos.

Falo de medidas de coesão social e de coesão territorial. Não será, porventura, este o investimento no qual esta componente da coesão territorial está mais evidente, devido ao concelho em que se insere, mas refiro-me a investimentos noutras ilhas em que a criação desta condições acaba também por ser um fator determinante para a fixação de famílias porque sabem que aí têm acesso a esses serviços.

Ao Governo cabe cumprir a satisfação deste direito que, quem vive em todas as ilhas da nossa Região, tem para usufruir dos resultados destas parcerias que se estabelecem.

E, por outro lado, também uma componente de coesão social porque, ao criarmos estas condições, ao não deixarmos apenas a outros níveis de resposta a satisfação destas necessidades, estamos a assumir, como Governo, a nossa responsabilidade de criar condições para uma sociedade mais coesa do ponto de vista social.

Cria-se, por essa via, condições para que não sejam determinantes as condições de recurso para qualquer uma das famílias no acesso a esse tipo de serviço.

Muito obrigado a todos e as maiores felicidades.